

DEFICIÊNCIA AUDITIVA : UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES, INTÉRPRETES E COORDENADORES DE UMA ESCOLA PRIVADA NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA

Francisco Sousa da Silva¹
Cristina Sousa da Silva²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar como ocorre a inclusão dos alunos com deficiência auditiva em uma escola privada de ensino fundamental do 1º ao 5º ano, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão. Para a consecução do objetivo proposto realizou-se uma pesquisa bibliográfica e de campo. A inclusão é uma situação e/ou condição que engloba uma série de desafios. O intérprete e o professor são vistos em ambiente de sala de aula como mediadores no processo de aprendizagem do educando, devem ainda lhe proporcionar os subsídios necessários (práticos e teóricos) com a finalidade de que haja um desenvolvimento cognitivo significativo, principalmente em um processo de inclusão de um portador de necessidades especiais. No decorrer deste estudo compreendeu-se que dentro da história dos surdos convém mencionar que muitas transformações ocorreram até os dias de hoje, mas que existem inúmeras lacunas a serem perfeccionadas para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Constatou-se que muitos professores possuem apenas conhecimento mediano na Libras e que pela falta de domínio a figura e presença do intérprete é fundamental. Constatou-se ainda que são mínimas as ações voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão, Libras, Sudez, Professor, Intérprete.

INTRODUÇÃO

No campo da educação inclusiva a premissa inicial a ser respeitada é a de que educação é um direito de todos, entretanto, observa-se que existem muitas pessoas que não são beneficiadas com o sistema educacional brasileiro, e quando são, podem não receber uma educação de qualidade e nem condições que favoreçam uma aprendizagem mínima.

O objetivo deste trabalho é identificar como ocorre a inclusão dos alunos com deficiência auditiva em uma escola privada de ensino fundamental do 1º ao 5º ano, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, para tanto foi realizada uma pesquisa de campo na referida escola, com questões abertas com os professores, coordenadores e intérpretes.

¹ Discente do curso de Bacharelado em Direito. Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade FEST. Especialista Lato Sensu Psicologia da Educação pela UEMA. Especialista em Políticas em Educação do Ensino Superior pela FEST. Especialista Lato Sensu em Administração integrada em Marketing e Recursos Humanos pela Faculdade FAMA, chico.economia@hotmail.com

² Professora Orientadora: Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins, francisco@fest.edu.br

Na fase inicial do trabalho é apresentada a surdez, seus aspectos bilógicos e sociais. Em seguida, tratou-se da temática do processo de inclusão e ensino do deficiente auditivo, e os aspectos legais da Língua Brasileira de Sinais. Posteriormente foi elucidada a metodologia e expostos os resultados e discussões da pesquisa, que em suma, concluiu que os professores possuem conhecimento mediano em Libras, a figura do intérprete é essencial para sanar essa deficiência, e são poucas as ações voltadas para a inclusão do aluno surdo.

METODOLOGIA

Objetivando identificar como ocorre a inclusão dos alunos com deficiência em uma escola privada de ensino fundamental do 1º ao 5º ano, na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, através da metodologia foi demonstrado todo o caminho a ser percorrido, para que pudessem ser alcançados todos os objetivos propostos neste trabalho.

Quanto ao universo da pesquisa Torezani(2004, p.6) pontua que: “um conjunto de entes portadores, de pelo menos, uma característica denominamos de universo”. O universo total da pesquisa compreendeu 7 professores, 4 intérprete e 2 coordenadores.

Neste trabalho por tratar-se de um universo pequeno, não foi necessário mensurar uma amostra, pois foi possível realizar a pesquisa em todo o universo.

O critério utilizado para escolha dos participantes foi de intencionalidade.

Amostragem intencional - é aquela em que os elementos da população que fornecerão os dados para a pesquisa são selecionados intencionalmente pelo pesquisador, por exemplo, ao estudar o processo de aquisição de novas tecnologias em uma empresa, pode ser suficiente entrevistar o responsável direto por aquisições. Nesse caso não faria sentido entrevistar quaisquer outros colaboradores dessa organização, pois não teriam maior conhecimento sobre o tema (ALMEIDA,2011, p.22):

Neste sentido, com base no critério de escolha dos participantes por meio da intencionalidade, escolheu-se pesquisar diretamente com os professores (somente os que trabalham diretamente com alunos surdos), intérpretes e coordenadores, identificando como os mesmos compreendem e trabalham a inclusão desses alunos na prática, ou seja, em ambiente de sala de aula.

É oportuno ressaltar que quanto a natureza da pesquisa esta foi qualitativa; no que tange ao seu caráter esta foi exploratória e explicativa.

Quanto a seus objetivos, uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva ou explicativa. A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa. A pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos (SEVERINO,2010,p.23).

Para viabilizar o ambiente necessário para contemplar o objetivo proposto foi entregue a diretora geral da referida escola uma carta de apresentação seguida de uma solicitação para realizar a pesquisa naquele ambiente.

DESENVOLVIMENTO

Surdez

Os surdos apresentam uma perda auditiva, biologicamente falando é um problema de ordem sensorial que dificulta a comunicação através de línguas orais. Neste caso, devido a ausência de uma linguagem oral o surdo deve recorrer a outro canal para se expressar, a Língua de Sinais, no caso do Brasil a LIBRAS –Língua Brasileira de Sinais.

A audição é o sentido por meio do qual se percebem os sons. No caso dos deficientes auditivos, estes podem ser classificados em surdos totais e surdos parciais. O totalmente surdo é aquele em que a audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo é aquele em que a audição, embora deficiente, é funcional, com ou sem prótese auditiva. A privação auditiva se configura como um grave distúrbio neurológico sensorial que afeta a capacidade de comunicação oral e de aprendizagem deste tipo de clientela (CICCONE,2008,p.23).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), no Brasil, deficiência auditiva é uma situação bastante freqüente e ocorre em aproximadamente 15% da população (OMS,2014).

Ao profissional da área de educação – o professor – cabe avançar na busca do conhecimento acerca das premissas básicas de uma boa comunicação, de aspectos da surdez, ter contato e domínio com a Libras, para que ao longo do desenvolvimento do seu trabalho, ele desenvolva uma filosofia voltado para a educação e atendimento das pessoas surdas, não somente para compreendê-las, mas também para poder assisti-las em suas necessidades quando possível.

O período de aquisição da surdez pode ser dividido em dois grandes grupos: *a) congênitas*, quando o indivíduo já nasceu surdo. Neste caso a surdez é pré-lingual, ou seja, ocorreu antes da aquisição da linguagem. *b) adquiridas*, quando o indivíduo perde a audição no decorrer da sua vida. Neste caso a surdez poderá ser pré ou pós-lingual, dependendo da sua ocorrência ter se dado antes ou depois da aquisição da linguagem. Quanto as suas causas, elas se dividem em: pré-natais, surdez provocada por fatores genéticos e hereditários, peri-natais – surdez provocada por anorexia cerebral e trauma de parto, e pós natais – surdez provocada por doenças adquiridas pelo indivíduo ao longo vida (GOMES,2016,p.15).

Tanto as duas formas de aquisição da surdez (congênitas e adquiridas) quanto as causas (pré-natais, peri-natais e pós-natais), com exceção das causa pós-natais, raramente podem ser reparadas mesmo com os constantes avanços da medicina, pois geralmente comprometem as fibras no nervo auditivo, de tal forma que a lesão é irreversível.

Ainda do ponto de vista do aspecto clínico, a surdez pode ser caracterizada em cinco graus de surdez, que são eles: leve, moderada, acentuada, severa e profunda. Para mensurar esse três níveis de surdez é necessário um audiômetro, um instrumento que mede a sensibilidade auditiva em decibéis (dB).

Por meio do audiômetro faz-se possível a realização de alguns testes, obtendo-se uma classificação da surdez *quanto ao grau de comprometimento* (grau e/ou intensidade da perda auditiva), a qual está classificada em níveis, de acordo com a sensibilidade auditiva do indivíduo: **Audição normal** – de 0 a 15 dB; **Surdez leve** – de 16 a 40 dB. Neste caso a pessoa pode apresentar dificuldade para ouvir o som do tic-tac de um relógio, por exemplo. **Surdez moderada** – de 41 a 55 dB. Com esse grau de perda auditiva a pessoa pode apresentar alguma dificuldade para ouvir uma voz fraca ou o canto de um pássaro. Surdez acentuada – de 56 a 70 dB. Com esse grau de perda auditiva a pessoa poderá ter alguma dificuldade para ouvir uma conversação normal. **Surdez severa** – de 71 a 90 dB. Nesse caso a pessoa poderá ter dificuldades para ouvir o telefone tocando. **Surdez profunda** – acima de 91 dB. Neste caso a pessoa poderá ter dificuldade para ouvir o ruído de um caminhão, o som de um avião e etc (KAREN,2011,p.5).

A última classificação clínica da surdez corresponde a surdez *bilateral e unilateral*. A primeira ocorre quando a surdez acomete os dois ouvidos e a segunda quando a surdez se apresenta em apenas um ouvido.

A surdez interfere na comunicação de um indivíduo, de tal forma, por ser uma privação sensorial, interfere também nos aspectos cultural e educacional, haja vista que, altera a relação que um indivíduo possa ter e/ou estabelecer com o meio em que este interage.

Tomemos como exemplo os estágios clínicos da surdez para compreender tais implicações no aspecto cultural e educacional e até no próprio desenvolvimento de um indivíduo. Uma criança com surdez leve é até capaz de perceber os sons da fala, está por sua vez não poderá ouvir um cochicho ou uma conversa em um tom de voz bem baixo, na surdez

moderada ela terá dificuldades, mas poderá desenvolver a fala e a linguagem mesmo que demore um grande intervalo de tempo, contudo, em uma surdez profunda essa criança não desenvolverá a linguagem oral, no máximo ela responderá auditivamente a sons com alta intensidade, como por exemplo, uma bomba, um trovão, uma música em uma danceteria e etc.

O processo de inclusão e ensino do deficiente auditivo

Durante alguns anos, acreditou-se que as pessoas surdas eram incapazes, vistas como um “fardo desnecessário” para a sociedade, limitando assim, a possibilidade da existência de um processo educacional e/ou metodológico formulado exclusivamente para eles. A educação dos surdos evoluiu lentamente até que fosse comprovada a sua capacidade em aprender mediante métodos pedagógicos próprios.

Foi somente no final do século XVI e início do século XVII que a educação de surdos deixou o campo da utopia para tornar-se algo realizável, aliado aos esforços de muitos professores e pedagogos que se empenharam na construção de um modelo de educação para as pessoas surdas, baseado inicialmente no método da oralidade – desenvolvendo a fala e a comunicação com o mundo dos ouvintes.

Para GOMES(2016): “O propósito de contribuir para o melhoramento da comunicação dos surdos criou um método de ensino através dos gestos, os mesmo representavam o alfabeto manual.

O primeiro professor a ofertar um subsídio material para aqueles que tinham mais interesse em aprender tal método foi o professor Juan Pablo Bonet, que após obter bons resultados na educação de surdos publicou o primeiro livro sob tal temática.

Segundo VELOSO(2009): “A primeira escola de surdos iniciou com nove alunos, desenvolvia o processo de forma fácil e lenta da fala”

Depois de formulado um método de ensino adequado, ofertado subsídios materiais por meio de livros, criadas escolas específicas para realizar este trabalho, passou-se a pensar na inclusão da educação do surdo a partir das fases iniciais da educação básica, e não mais, excluindo socialmente este indivíduo até que ele alcançasse a adolescência ou início da fase adulta para ser incluído em um contexto escolar e social.

Os anos iniciais da educação básica representam uma etapa em que os educandos/aprendentes devem ter o suporte que os auxilie na construção de valores éticos,

sociais e culturais, aliado a construção de novos conhecimentos. O uso da língua para ajudar a contemplar todos esses objetivos é de extrema relevância. Nesse sentido:

Uma criança em processo de aquisição de sua língua nativa ainda não naturalizou os possíveis sentidos que as palavras assumem nos diferentes contextos e, por isso, não interpreta o discurso corrente dos adultos da mesma forma que eles. À medida que adultos falam, cenas são constituídas na mente da criança, assim como ela as percebe. Posteriormente, essas construções metafóricas são naturalmente incorporadas pelos falantes nativos (ALVES,2009, p.254).

De tal forma, o contato com sua língua nativa permite a criança adquirir uma construção mais concreta de conhecimento, até mesmo na promoção das relações interpessoais em que ela esteja inserida, de acordo com o contexto as palavras vão assumindo significados dentro dessas relações sociais. Para uma criança surda essas interações são essenciais.

Quando o inverso ocorre, ou seja, a língua nativa do surdo (LIBRAS) é diferente da língua utilizada pelo professor em sala de aula, a interação social acaba sendo comprometida, vez que as crianças perdem o estímulo a esse processo e pouco desenvolvem o seu lado cognitivo, deixando de assimilar e organizar as percepções, as informações, não formulando conhecimento e capacidades.

A criança surda precisa estar em contato com a LIBRAS, seja no ambiente familiar, escolar, na comunidade surda, de uma forma geral ela tem que estar imersa na língua de sinais, para que a mesma possa aprender de modo natural os signos lingüísticos, os costumes, as características da língua materna, para posteriormente conseguir adquirir uma segunda língua, nesse caso a Língua Portuguesa. Entretanto, essa não é a situação da maioria das crianças surdas, porque em grande parte seus pais ouvintes, desconhecem ou não aceitam a cultura e a identidade surda, e tem como base o ouvintismo, que de acordo com o autor, é o conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvido (SKILIAR,2008,p.15).

De tal forma, diante do cenário descrito acima, ou seja, onde o aluno não mantém o contato com a Libras em seu ambiente familiar, como uma única opção disponível para que a pessoa surda “se aproxime” de sua língua materna – no caso a Libras – é a escola. Nesse contexto, apenas um professor com domínio em Libras não é o suficiente, pois quanto maior for a quantidade de pessoas inseridas nesse processo educacional, maior serão as construções e representações que o aluno surdo estará concebendo.

Um ambiente educacional onde seja preservada, estimulada, e priorizada a cultura de uma pessoa surda é o ambiente ideal para que uma criança surda tenha a oportunidade de se desenvolver. Compactuando de entendimento similar, Lacerda afirma que:

Uma escola especialmente organizada para o atendimento das pessoas surdas, na qual todos os conteúdos acadêmicos fossem ministrados em sinais, com um professor com domínio de Libras, em meio a usuários de Libras, seria o ambiente acadêmico desejável para o desenvolvimento pleno da pessoa surda (LACERDA,2000,p81).

Apesar de na prática esses “modelos” de escolas ainda serem bastante escassos, situações positivas emergiram nesse cenário, dentre elas, merece destaque o Decreto Lei nº 5.626/05 ao impor a obrigatoriedade da disciplina de libras na matriz curricular dos cursos de licenciatura e pedagogia, bem como, as instituições de ensino devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência.

A LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais foi desenvolvida a partir da língua de sinais francesa, entretanto, é oportuno ressaltar que as línguas de sinais não são universais, sendo assim, diferem de um país para o outro e até mesmo de uma cultura para outra. A LIBRAS possui uma estrutura gramatical própria, onde os sinais são formados mediante a combinação de formas e de movimentos com as mãos, através de pontos de referência no corpo e no espaço.

Para Rodrigues(2012,p.11): “Libras constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com deficiência auditiva, no qual há uma forma de comunicação e expressão”.

Assim como a língua portuguesa a libras foi regulamentada e reconhecida no Brasil como uma língua oficial. Para GESSE(2009): “LIBRAS é língua, que possibilita aos surdos a sua comunicação entre eles e com a sociedade.

No Brasil apesar do reconhecimento na aplicabilidade e usabilidade da libras em ambiente escolar, ainda é insuficiente o número de professores e interpretes que dominam a língua, desse modo, as escolas “ deixam a desejar” no quesito acompanhamento especializado aos alunos surdos, lacuna esta que pode fazer com que o aluno não se sinta incluído e bem aceito em sala de aula. Quanto a esta insuficiência e o papel de um professor, Delgado apud Piaget (2005,p.22) diz que: “[...] o papel do professor é criar um ambiente propicio e servir de interlocutor entre o aprendiz e o meio”.

A LIBRAS representa uma comunicação não-verbal, vez que envolve manifestações de comportamento não expressas em palavras, através de sinais, expressões faciais, expressões do corpo, postura e ainda a organização dos objetos no espaço.

Para Barbosa(2003,p.25): O valor fundamental da linguagem está na relação em que as pessoas se fazem entender umas às outras.

A forma não-verbal de se fazer entender e a transmissão de mensagens sem uso de palavras, ou seja, os gestos comunicam mensagens tão significativas quanto palavras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi estruturada em perguntas abertas direcionadas aos intérpretes, professores e coordenadores, abrangendo assim 7 professores, 4 intérpretes e 2 coordenadoras que correspondem ao universo total de entrevistados. O ambiente pesquisado funciona em dois turnos – matutino e vespertino – atendendo a um total de 4 alunos portadores de deficiência auditiva através de 7 professores, 4 intérpretes e 2 coordenadoras. Com o intuito de preservar a identidade dos professores, intérpretes e coordenadores não serão mencionados os seus nomes e sim atribuído um número a eles quando assim foram citados.

De acordo com a COORDENADORA 1(informação verbal,2018): “A escola faz um rodízio de intérpretes quando assim se faz necessário”.

A escola possui um intérprete para sala de aula em que haja um aluno surdo, cada dia um determinado intérprete está em uma sala diferente, esta proposta visa estabelecer que tanto os intérpretes quanto os alunos surdos não se apeguem um com o outro chegando ao ponto em que haja comodismo entre ambas as partes.

De acordo com a Professora 3(informação verbal,2018): o nosso número de alunos reduziu desde de que fora criada a escola bilíngüe (pública) em Imperatriz e praticamente quase todas as crianças surdas foram encaminhadas para lá.

Para a Professora 2 (informação verbal,2018): É comum misturar alunos surdos com ouvintes, a inclusão é necessária para os aprendizados de ambas as crianças, não há limitação de quem pode ou não pode estudar. Todos têm os mesmos direitos e deveres em um ambiente escolar.

De acordo com a Coordenadora 2(informação verbal,2018): “Nossos intérpretes são ótimos e o fato da existência do rodízio desses profissionais contribui e muito para que eles

conheçam vários alunos, suas dificuldades e níveis de linguagem. É um aprendizado também para professor”.

Por se tratar de um processo de inclusão a presença de um intérprete por sala e sempre em forma de rodízio permite gerar uma visão macro, mais aberta, aliado ao fato de que os alunos surdos são inseridos em turmas regulares.

Ao ser questionado o uso de métodos de socialização para com os alunos surdos, Para Professora 7 (informação verbal, 2018): Não existe nenhum método usado para a socialização dos alunos, a aula é dada normalmente e como uma única metodologia é a aprendizagem para todos. Se a escola é inclusiva devemos fazer com que seja igual para todos.

Para a Professora 5 (informação verbal, 2018): O próprio ato de receber esses alunos eu já considero uma forma de inclusão e socialização, pois se não estivessem inseridos no ambiente da escola possivelmente seriam marginalizados.

Ao ser indagado se existe algum projeto de integração da escola com os pais, este se apresentou timidamente através de um projeto de leitura e poesia. Ao passo de que não há nenhum projeto de integração da escola diretamente com a comunidade.

Quando indagados quantos professores dominam 100% a Libras todos foram unânimes em afirmar que a maioria conhece, mas não domina. Para a Coordenadora 1 (informação verbal, 2018): A maioria dos professores conhece a LIBRAS, apenas conhece, ou seja, ainda não dominam, com exceção dos intérpretes é claro.

Haja vista que não são todos os professores que dominam a Libras, fez-se necessário indagar quantos professores tem conhecimento intermediário na língua.

De acordo com a Coordenadora 1 (informação verbal, 2018): Todos tem um vasto conhecimento em Libras.

Para a Professora 6 (informação verbal, 2018): A maioria de nós possui um conhecimento intermediário, eu diria que mais da metade detém de conhecimento suficiente para tentar estabelecer uma comunicação, mas não é nada que se aproxime de uma proficiência em Libras.

Segundo a Intérprete 4 (informação verbal, 2018): Os professores possuem um nível básico na língua, entretanto, aproximadamente 30% possui um conhecimento intermediário.

A visão apresentada pela intérprete sinaliza a que mais condiz com a realidade, considerando que o coordenador não está em sala de aula para mensurar o nível de seus professores e considerando ainda que um professor ao avaliar-se tende a comprometer o resultado, ou seja, não sendo uma cópia fiel da realidade, de tal forma que uma visão

imparcial de quem está de fora do processo pode se aproximar mais da realidade, mesmo porque o intérprete é o profissional habilitado para verificar o nível de domínio de um indivíduo em Libras.

Em um segundo momento foi questionado se as crianças surdas dominam 100% a libras? E em que estágio isso ocorre?

Para a Intérprete 5 (informação verbal,2018): Os alunos dominam quase 100% a Libras, a maioria gosta de estudar e tem simpatia pela leitura.

Segundo a Intérprete 3(informação verbal,2018): Digamos que 90% dos alunos dominam a Libras, apesar de suas dificuldades os alunos são esforçados e gostam da sua língua materna.

Posteriormente foi indagado diretamente aos interpretes se os pais demonstram interesse em aprender a Libras, ou interagem demonstrando interesse no processo de aprendizagem do seu filho

De acordo com a Intérprete 1(informação verbal,2018):

20% querem aprender ou se interessam, pois muitos têm dificuldades de se relacionar com seus filhos, chegam até mesmo a se comunicar com suas próprias formas inventadas. Teve aqui até um relato de uma mãe que veio até a escola pedir que a intérprete falasse para o seu filho que ele não era capaz de fazer um curso de inglês, pois ela não conseguia se expressar muito bem com o mesmo. Esse relato é só mais um dos inúmeros casos de pais que não se comunicam com os filhos e não tem o menor interesse em aprender Libras para mudar esse quadro.

É oportuno ressaltar que casos de pais que não demonstram interesse em aprender a Libras, tão pouco de tem interesse em se comunicar com os seus filhos fazem parte do cotidiano da escola.

Para a Intérprete 4(informação verbal,2018): A maioria dos pais não sabe a língua de sinais, creio que no máximo 10% tenha interesse em aprender.

Para a Intérprete 3(informação verbal,2018): A única mudança que vejo é aumentar o número do quadro de intérprete de Libras, quem sabe assim conseguiríamos até desenvolver algum projeto para trazer a comunidade para a escola já que teríamos tempo e uma quantidade de profissionais suficiente.

Para a Intérprete 1(informação verbal,2018): Gosto do que faço, da escola, dos alunos ... é gratificante estar com eles e preencher o meu dia transmitindo conhecimento.

De acordo com a Intérprete 3(informação verbal,2018): Um aspecto positivo é observar o esforço e o crescimento deles, principalmente se esforçando para acompanhar a turma.

Segundo a Intérprete 5(informação verbal,2018): Amo o que faço e sou grata por trabalhar com crianças com surdez.

De uma maneira generalizada os aspectos mais relevantes desse trabalho segundo os professores são que este torna-se gratificante, edificante e prazeroso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intérprete e o professor são vistos em ambiente de sala de aula como mediadores no processo de aprendizagem do educando, devem ainda lhe proporcionar os subsídios necessários (práticos e teóricos) com a finalidade de que haja um desenvolvimento cognitivo significativo, principalmente em um processo de inclusão de um portador de necessidades especiais. Quando todos os processos são demandados exclusivamente pelo coordenador e/ou pelo professor, e ambos não dominam, e não tem conhecimento aprofundado sobre a Libras, as barreiras tornam-se ainda mais difíceis de se transpor.

No decorrer deste estudo compreendeu-se que dentro da história dos surdos convém mencionar que muitas transformações ocorreram até os dias de hoje. No entanto, sabe-se que alguns processos e fatores ainda precisam ser modificados e até mesmo reinventados para que o processo de inclusão dos surdos dentro do ensino regular transcorra “normalmente”.

Quanto ao objetivo macro, observou-se há existência de um leve desinteresse por parte dos professores e familiares, evidenciado através de suas falas. Situação esta que é minimizada pelos intérpretes e professores. Constatou-se a presença de um intérprete em todas as salas que possuem alunos surdos, entretanto, não se constatou um acompanhamento dos processos de evolução que esse aluno surdo passa.

O estudo evidenciou que muitos professores possuem apenas conhecimento mediano na Libras e que pela falta de domínio a figura e presença do intérprete é fundamental, fato este expressado nas falas dos coordenadores, intérpretes e dos próprios professores que reconhecem a falta de domínio com a Libras. Bem como, constatou-se também que ainda são poucas as ações voltadas para a inclusão do aluno surdo, evidenciou-se isso pela ausência de projetos que visem a inclusão, a socialização, promovendo a interação e as relações

Em suma, é certo reconhecer que cabe a todos os sujeitos envolvidos na inclusão do aluno com deficiência auditiva buscar medidas para minimizar os efeitos nocivos da surdez, promovendo assim as mudanças necessárias para que o aluno surdo tenha fomentada as suas potencialidades de forma ampla proporcionando melhorias no contato e no convívio com os demais indivíduos, de forma que a sua cultura, sua língua, sua identidade sejam sempre respeitados.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Mário de Sousa, **Elaboração de Projeto, TCC, Dissertação e Tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2011.

ALVES, Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio** – 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

BARBOSA, Maria Alves. **Linguagem Brasileira de Sinais: um desafio para a assistência de enfermagem**. Revista de Enfermagem. V.11, n.3, p. 247-251. UERJ: 2003.

BRASIL. **Lei 10.436/02**. Oficialização da Língua Brasileira de Sinais Disponível em: <http://planalto.gov.br> Acesso em 12 dez 2013

BRASIL. **Decreto Lei 5.626/05**. Regulamentação da profissão de intérprete de LIBRAS. Disponível em: <http://planalto.gov.br> Acesso em 13 dez 2013

CICCONE, Maria Marta Ferreira da Costa. **Comunicação total: introdução – estratégia a pessoa surda**. Rio de Janeiro: Cultura Média, 2008.

DELGADO, Evaldo Inácio (ORG). **Políticas Educacionais em crise e a prática docente**. 1 ed. São Paulo: Canoa, 2005.

GESSE, Audrei. **Libras - Que língua essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

GOMES, Claudia Alves. Valderramas. **A audição e a surdez**. In: Saberes e práticas da inclusão. 2 ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

KARIN, Strobel. **Educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2011.

LACERDA, Cristiana Barbosa Feitosa de. **A prática pedagógica medida (também) pela língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos**. Caderno Cedes, Campinas, ano XX, n.50, p.70-83, abr.2000.

OMS. **ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE**. Disponível em: <http://www.oms.org> Acesso em 28 fev 2014

RODRIGUES, Celiane Costa; MENDES, Lizaeth. **A inclusão da criança surda no ensino regular dos alunos de uma escola da cidade de Imperatriz-MA.** TCC. Imperatriz: Facimp, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia Do Trabalho Científico.**23°.ed.at. São Paulo:Cortez,2010.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 2.ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

TOREZANI,Walquiria. Estatística I.Faculdade Univila .Vila velha:2004

VEOLOSO, Éden; FILHO, Valdeci Maia. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez.**